

*Mário Sérgio Quintela
Fev. 2005*

Semear outras soluções

Os caminhos da biodiversidade
e dos conhecimentos rivais



INSTITUTO PORTUGUÊS DO
LIVRO E DAS BIBLIOTECAS



Ministério da Cultura

Edição apoiada pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2005

Bibliografia

Enyart, James (1990), "A GATT Intellectual Property Code", *Les Nouvelles*, junho de 1990, 54-56.

Kadir, Djedal (1992), *Columbus and the Ends of the Earth: Europe's Prophetic Rhetoric As Conquering Ideology*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press.

Shiva, V. et al. (2000), *Seeds of Suicide. The Ecological and Human Costs of Globalization of Agriculture*. Research Foundation for Science, Technology and Ecology.

CAPÍTULO 7 Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico colombiano¹

Arturo Escobar e Mauricio Pardo²

¹Tradução de Manuel del Pino.

²O conteúdo deste capítulo se beneficiou das intervenções dos outros participantes nas reuniões de trabalho do Projeto CES/MacArthur "Reinvenção da emancipação social" em Bogotá e no simpósio celebrado em Coimbra em novembro de 2000. Os comentários do diretor do projeto, Boaventura de Sousa Santos, foram muito valiosos para esclarecer diversas idéias e dar forma final a este capítulo.

INTRODUÇÃO

As florestas tropicais constituem palcos para novos impulsos de formas antigas e recentes de penetração capitalista. Às empresas extratoras, agroindustriais, energéticas, aos projetos de infra-estruturas rodoviárias ou portuárias somam-se agora as entidades multilaterais dos recursos naturais e as multinacionais da biotecnologia que procuram regulamentar ou encontrar utilizações rentáveis para as espécies vivas. Em diversas partes do mundo, grupos de habitantes locais das florestas tropicais organizam-se diante dessas investidas por parte de poderosos agentes políticos e econômicos.

Na região selvagem do Pacífico colombiano estes fatos se manifestam de forma intensa. Organizações de negros e indígenas estão a lutar contra o governo para obter reconhecimento legal das suas terras e das suas autoridades, contra as empresas madeireiras, mineiras e cultivadoras de tâmaras, contra projetos governamentais de construção de estradas, portos e centrais hidroelétricas e, mais recentemente, participam em discussões contra o patenteamento e a comercialização de espécies usadas tradicionalmente ou existentes nos seus territórios. O controle destes territórios constitui o núcleo central das suas lutas, que incluem também o respeito pelas suas especificidades culturais, pela autonomia para decidir o seu futuro e pela proteção dos seus conhecimentos tradicionais.

Para desenvolver esta luta, as organizações dos povos das florestas se socorrem de redes em aliados ao nível local, nacional e internacional. É deste modo que os movimentos negros e indígenas têm delineado políticas culturais e ambientalistas que articulam diversos aspectos da sua estratégia de procura de bem-estar para as populações através do uso construtivo dos recursos naturais. Estes movimentos participam em circuitos de grupos com interesses semelhantes — organizações étnicas, grupos internacionais, organizações não-governamentais (ONGs) locais e setores académicos — para dar

voz às suas exigências e posições em cenários nacionais e globais. As ações destes movimentos sociais acerca da biodiversidade e os direitos do seu saber tradicional fazem parte de uma visão mais ampla sobre a sociedade e a natureza e constituem políticas culturais que se opõem às visões dominantes geradas pelos agentes do capital. As lutas destes movimentos transcendem um marco reformista e apresentam características emancipatórias, pois estão a exigir o reconhecimento dos seus direitos, a construir formas de autoridade internas alternativas ao poder do Estado e do capital e a impulsionar sistemas de conhecimento alternativo. A ampliação da guerra interna colombiana até o Pacífico prejudica os objetivos dos movimentos étnicos e ameaça o seu futuro.

Neste capítulo analisamos estes fatos debruçando-nos sobre os debates contemporâneos acerca da biodiversidade, o surgimento e as dinâmicas dos movimentos étnicos no Pacífico e as suas posições em relação à natureza e à biodiversidade.

1. NOVOS OLHARES SOBRE AS SELVAS TROPICAIS:

A IRRUPÇÃO DA BIODIVERSIDADE

O capitalismo tem vindo a aplicar diversos regimes de exploração sobre as florestas tropicais do planeta e, em particular, sobre a região do Pacífico colombiano. Quase na totalidade dos casos, os regimes — quer extratores, quer de plantação — têm provocado grandes danos ecológicos sobre estes frágeis ecossistemas. O discurso hegemónico tinha apresentado estes vastos territórios como inabitados e insalubres, territórios selvagens que deviam ser submetidos para dar o seu contributo à economia e aos Estados nacionais em que estão inseridos. Recentemente, porém, a abundância e a heterogeneidade das espécies da floresta tropical e a sua estrutura bioquímica, genética e molecular passaram a ser consideradas recursos valiosos sobre os quais os agentes estatais, capitalistas ou de movimentos sociais elaboram diferentes e conflituosas estratégias de aproveitamento.

Na maior parte dos casos, os habitantes dessas extensas zonas florestais úmidas — quer indígenas, quer habitantes deslocados à força como mão-de-obra para empresas extratoras, quer ainda camponeses oriundos de outras regiões — desenvolveram formas produtivas altamente sustentáveis e de baixo impacto sobre o conjunto do ecossistema. Mais recentemente, as populações

locais das florestas tropicais têm invocado a defesa dos seus territórios ancestrais e a proteção do meio ambiente como as mais notórias formas de resistência em face dos projetos de exploração capitalista dos recursos naturais. Reivindicam sistemas produtivos de baixa escala baseados na reciprocidade e na cooperação com uma grande carga simbólica das relações sociedade-natureza.

O motivo pelo qual se presta hoje tanta atenção à floresta tropical se deve ao que poderia denominar-se “irrupção do biológico” como fato social central das políticas globais do século XX. Após dois séculos de destruição sistemática da vida e da natureza, a manutenção da vida tem surgido como aspecto fulcral dos interesses do capital e da ciência mediante um processo dialético iniciado pelo capitalismo e pela modernidade. A conservação e o desenvolvimento sustentáveis tornaram-se problemas inegáveis para o capital, sendo este obrigado a modificar a sua lógica anterior: a lógica da destruição. O que sucedeu durante os últimos anos nas florestas tropicais sugere que aquilo que se encontra em jogo é muito mais do que as políticas pelos recursos, pelo meio ambiente ou, inclusive, pela representatividade. Um aspecto central é definido pelas múltiplas construções da natureza na sua dimensão mais complexa: o contraste entre as práticas de significado-uso por parte dos distintos grupos sociais. Os fatos revelam uma política cultural da natureza por parte dos movimentos sociais dos habitantes das florestas tropicais cujas lições ultrapassam as próprias florestas. Um dos aspectos mais importantes desta política cultural são as respostas organizadas que dela derivam e que assumem a forma de movimentos sociais.

Entende-se por “política cultural” o processo que se verifica quando os atores sociais, moldados ou caracterizados por diferentes significados e práticas culturais, entram em conflito. A noção de política cultural pressupõe que os significados e práticas culturais — nomeadamente aquelas que são teorizadas como marginais, de oposição, minoritárias, residuais, emergentes, alternativas, dissidentes e similares, concebidas por relação a uma ordem cultural dominante — são fonte de processos que podem ser considerados políticos (Alvarez *et al.*, 1998). Esta política cultural altera as práticas e a compreensão familiar que se tem da natureza, ao mesmo tempo que procura libertar, tanto mentalmente como na própria natureza, as ecologias locais dos sistemas enraizados em fatores de classe e gênero e do domínio étnico e cultural.

O conceito de biodiversidade tem transformado os parâmetros de avaliação da natureza e as disputas pelo acesso aos recursos naturais. A idéia de

biodiversidade decorre de uma quantificação do número de espécies existentes em determinadas áreas. É por isso que estas zonas adquirem uma nova visibilidade e se convertem em objeto de renovado interesse por parte de atores tão diversos como os movimentos ambientalistas, os cientistas e as organizações indígenas. A visão sobre o meio ambiente adquire um fator de racionalidade na qual a intervenção dos saberes de peritos e técnicos e a intervenção sofisticada capitalista se contrapõem ao controle dos recursos naturais por parte dos habitantes locais (Instituto Humboldt, 1998: 18-22). O reconhecimento de patentes sobre organismos vivos ou as suas componentes, ignorando deliberadamente a autoria dos povos nativos, é definido e apresentado meticulosamente por Shiva (2000: 13-24) como sendo biopirataria aberta.

Os projetos para a “conservação da biodiversidade” — frequentemente financiados por ONGs do Norte e pelo Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) do Banco Mundial — incorporam organizadores nacionais e comunidades locais nas complexas políticas de tecnociência que vêem nos genes das espécies selvagens a chave da conservação dos frágeis ecossistemas. Isto acontece em países tão diferentes como a Costa Rica, a Tailândia, a Costa de Marfim, a Colômbia, a Malásia, a República dos Camarões, o Brasil e o Equador. Segundo o argumento básico, os genes das espécies selvagens constituem uma valiosa biblioteca de informação genética, fonte de substâncias medicinais maravilhosas e, talvez, reserva de abundância de alimentos passíveis de se tornarem produtos muito valiosos mediante a biotecnologia. Deste modo, preservava-se a floresta tropical, ao mesmo tempo que se obtinham importantes ganhos que beneficiariam também os habitantes locais. O crescente discurso sobre a biodiversidade é o resultado da problematização do biológico, pois coloca as áreas de floresta tropical úmida numa posição biopolítica global fundamental.

A chave para a conservação da biodiversidade, segundo a visão promulgada pelas instituições dominantes, está em encontrar formas de utilização dos recursos das florestas tropicais que garantam sua conservação a longo prazo. Tal utilização deverá fundamentar-se no conhecimento científico da biodiversidade, em sistemas apropriados de administração e em mecanismos adequados que estabeleçam os direitos de propriedade intelectual de modo a proteger as descobertas passíveis de aplicações comerciais. Conhecida também como a “caça aos genes”, a prospecção da biodiversidade apresenta-se como um protocolo respeitável para salvar a natureza (WRI, 1993), uma vez

que se considera que a fonte de benefícios e ganhos da conservação está nos genes das espécies. Jardins botânicos norte-americanos e europeus, empresas farmacêuticas, biólogos independentes e ONGs do Sul, entre outros, já realizam atividades de prospecção em alguns “pontos quentes” do Terceiro Mundo.

O sistema de produção de biodiversidade inclui uma série de diferentes atores — desde as ONGs do Norte, as organizações internacionais, jardins botânicos, universidades e corporações até os recentemente criados institutos para a biodiversidade no Terceiro Mundo, pessoal de planejamento e biólogos do Terceiro Mundo, e as comunidades e ativistas locais —, cada um com o seu quadro interpretativo sobre o que é, o que deveria ser ou o que poderia vir a ser a biodiversidade. Esta formação discursiva pode ser teorizada como uma rede com múltiplos agentes e lugares onde se produzem conhecimentos e onde estes são discutidos, utilizados e transformados.

Existem, pois, conflitos sobre como conhecer ou como é conhecida essa biodiversidade. Tanto o conhecimento científico sobre as componentes químicas das espécies da biodiversidade como o conhecimento tradicional sobre usos médicos ou econômicos das espécies são avidamente procurados pelas multinacionais farmacêuticas e biotecnológicas, pelos centros de investigação e pelas instituições estatais. A dimensão biodiversa da natureza gera novos campos de atração para estes atores e seus interesses. As empresas comerciais trabalham numa das linhas mais dinâmicas da acumulação capitalista em farmacologia, biotecnologia e genética. As agências estatais apresentam posições contraditórias que oscilam entre permitir o acesso aos recursos biológicos às empresas nacionais e multinacionais, colocar sob a tutela do Estado os recursos biológicos ou proteger os direitos dos nativos sobre as áreas biodiversas. Nos centros científicos e nas universidades, alguns estudos enfatizam aspectos puramente biológicos, enquanto outros abordam a biodiversidade como parte de uma realidade social que, por sua vez, pode ser vista de uma forma pouco problemática ou como um cenário de conflito pelo acesso e controle de recursos naturais (Grain-Gaia, 1998).

Uma perspectiva crítica sobre a biodiversidade com base na ecologia política inclui, entre outros, o seguinte conjunto de proposições:

1. Embora a biodiversidade tenha referências biofísicas concretas, deve ser vista como uma invenção discursiva recente. Este discurso tem lugar numa

complexa rede de atores, desde as organizações internacionais e as ONGs do Norte até os cientistas, prospectores, comunidades locais e movimentos sociais.

2. Através da política cultural que geram, os movimentos sociais propõem uma visão particular para a conservação e apropriação da biodiversidade. Estes movimentos sociais configuram um quadro alternativo de ecologia política ao vincularem, na sua perspectiva, a biodiversidade com a defesa cultural e territorial.
3. Aspectos particulares dos debates sobre a biodiversidade, nomeadamente o controle territorial, o desenvolvimento alternativo, os direitos de propriedade intelectual, o conhecimento local e a própria conservação, ganham, assim, uma nova dimensão; não podem continuar reduzidos às prescrições tecnocráticas e economicistas oferecidas pelas posições dominantes. Localidades marginais, assim como as comunidades e os movimentos sociais, começam a ser vistos como centros de inovação e mundos alternativos emergentes.

Correndo o risco de simplificar demasiadamente, é possível diferenciar quatro posicionamentos produzidos pela rede da biodiversidade. Cada um deles é em si mesmo heterogêneo e diverso, e a rede, na sua totalidade, é por isso mesmo extremamente dinâmica e cambiante (Escobar, 1997a).

1.1. Utilização de recursos: perspectiva "globalocêntrica"

A perspectiva "globalocêntrica" é a visão da biodiversidade produzida pelas instituições dominantes, nomeadamente o Banco Mundial e as principais ONGs ambientalistas do Norte (World Conservation Union, Nature Conservancy, World Resource Institute e World Wildlife Fund, entre outras) apoiadas pelos países do G-8. Oferece prescrições para a conservação e uso sustentável dos recursos nos níveis internacional, nacional e local, e sugere mecanismos apropriados para a sua utilização, incluindo investigação científica, conservação *in situ* e *ex situ*, planejamento nacional da biodiversidade e estabelecimento de mecanismos apropriados para a compensação e utilização econômica dos recursos da biodiversidade, principalmente mediante direitos de propriedade intelectual.

Esta perspectiva tem sua origem em visões dominantes da ciência, do capital e da gestão (WRI/IUCN/UNEP, 1991; WRI, 1994: 149-151). A Con-

venção sobre Biodiversidade (CDB) ocupa um lugar fundamental na divulgação desta perspectiva.

1.2. Soberania: perspectivas nacionais do Terceiro Mundo

Apesar de existirem grandes variações nos posicionamentos adotados pelos governos do Terceiro Mundo, pode-se afirmar a existência de uma perspectiva nacional do Terceiro Mundo que, sem pôr em questão de maneira fundamental o discurso "globalocêntrico", procura negociar os termos dos tratados e as estratégias da biodiversidade. Aspectos ainda não resolvidos, nomeadamente o da conservação *in situ* e o acesso a coleções *ex situ*, o acesso soberano aos recursos genéticos, a dívida ecológica e a transferência de recursos tecnológicos e financeiros para o Terceiro Mundo, são tópicos importantes na agenda destas negociações.

1.3. Biodemocracia: perspectivas das ONGs progressistas

Para um número crescente de ONGs do Sul, a perspectiva dominante e "globalocêntrica" equivale a uma forma de bioimperialismo. Os simpatizantes da biodemocracia enfatizam o controle local dos recursos naturais, a suspensão de megaprojetos de desenvolvimento e subsídios para as atividades do capital que destroem a biodiversidade, o apoio às práticas baseadas na lógica da diversidade, a redefinição de produtividade e eficiência e o reconhecimento da base cultural da diversidade biológica.

1.4. Autonomia cultural: perspectiva dos movimentos sociais

Os movimentos sociais que constroem uma estratégia política para a defesa do território, da cultura e da identidade ligada a determinados lugares e territórios geram uma política cultural mediada por considerações ecológicas. Conscientes de que a biodiversidade é uma construção hegemônica, reconhecem, porém, que esse discurso abre um espaço para a configuração de desenvolvimentos culturalmente apropriados que se podem opor a tendências mais etnocêntricas. O interesse destes movimentos é a defesa de todo um projeto de vida, e não apenas a defesa dos recursos ou da biodiversidade (Escobar, 1997b).

Destes quatro discursos sobre a biodiversidade deduz-se que, nos textos sobre o assunto, há uma assimetria fundamental entre a ciência e a economia

moderna, por um lado, e o conhecimento local e as práticas da natureza, por outro.

A fase atual de globalização do capital implica que assuntos fulcrais sobre o enquadramento jurídico em que se desenvolvem as transações capitalistas, especialmente os referentes a direitos da propriedade comercial e industrial e os regulamentos comerciais, sejam situados em cenários internacionais multilaterais em que os países capitalistas centrais e as multinacionais exercem um vasto poder e influência.

As Conferências das Partes da Convenção sobre Biodiversidade (CDB), estabelecido em 1992 por mais de 150 países na Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, têm-se realizado em diferentes partes do mundo. A Colômbia ratificou o CDB mediante a lei nº 165 de 1994 ou Lei da Biodiversidade. Nestas Conferências das Partes internacionais foi sendo acordada a abertura de informação e acesso aos recursos da biodiversidade para os países desenvolvidos e para as empresas privadas sem existir ainda uma clara proteção para os países mais pobres e para os seus habitantes locais. Os pontos "quentes" sobre propriedade intelectual, patentes biotecnológicas e privatização de fenômenos biológicos estão ainda por decidir e enfrentam fortes pressões das multinacionais farmacêuticas e dos governos dos países capitalistas mais avançados (Flórez, 2000; Instituto Humboldt, 2000: 56-59).

Porém, os acordos alcançados no seio do CDB e os que se possam vir a obter no futuro não poderão afetar convenções prévias entre países. É por esta razão que os escassos acordos internacionais para a proteção da biodiversidade e dos direitos dos portadores do conhecimento tradicional e dos habitantes tradicionais de territórios altamente biodiversos ficam à mercê da ditadura do mercado observada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e dos acordos regionais, sob pena de sanções comerciais. A imposição de critérios puramente capitalistas sobre processos de consulta e debate tem-se produzido, por exemplo, no seio dos países andinos signatários do Acordo de Cartagena que já aceitaram as patentes biológicas e a propriedade comercial exclusiva sobre novas variedades vegetais através da Decisão Andina nº 391 de 1996. Nestes acordos, o Pacto Andino declara que o Estado é o detentor soberano dos recursos genéticos tangíveis — organismos em si próprios (plantas, animais) — enquanto o conhecimento tradicional associado dos grupos indígenas e camponeses é considerado uma componente intangível possuída por estes grupos. Desta forma, é o Estado quem exerce o controle sobre os recursos naturais biológicos, passando por cima da autoria

intelectual coletiva do desenvolvimento das espécies por parte dos habitantes ancestrais. Segundo os acordos do Pacto Andino, no caso de serem expedidas licenças ou patentes a empresas privadas, o Estado protegerá o patrimônio tangível, enquanto as populações locais possuidoras do patrimônio intangível deverão estabelecer contratos particulares com as empresas comerciais (Instituto Humboldt, 2000: 59-60).

Portanto, o futuro dos direitos das minorias étnicas a controlar os seus recursos biológicos e o seu conhecimento tradicional dependerá em boa medida da capacidade mobilizadora das organizações étnicas e de outros setores da sociedade civil, tais como as ONGs no plano internacional e nacional, uma vez que no quadro institucional são os posicionamentos a favor do mercado que predominam e contam com melhores recursos para impor os seus pontos de vista. Poucos governos, especialmente na América Latina, estão dispostos a pôr em questão a OMC ou a arriscar a sua reputação de sensatos parceiros comerciais dos países capitalistas mais avançados interditando os princípios do livre mercado para favorecer os direitos das comunidades locais a controlar o seu conhecimento tradicional e a serem reconhecidas como autores das realidades genéticas das espécies por elas domesticadas.

O posicionamento geral dos governos dos países capitalistas centrais e das multinacionais é clinicamente vantajoso: livre acesso a todos os recursos naturais, mas propriedade privada e acesso restrito após as empresas industriais se apropriarem deles e os processarem. O conhecimento milenar sobre as utilizações, a domesticação de espécies ou a conservação da diversidade nos territórios tradicionais não é considerado patrimônio dos grupos étnicos que deva ser reconhecido e adequadamente compensado.

Os direitos de propriedade intelectual e as patentes são um dos artifícios jurídicos fundamentais para a economia capitalista. Estes direitos devem ser registrados e observados por entidades especiais e cobrem não apenas o engenho e o esforço de indivíduos e empresas mas frequentemente também contêm uma privatização de valores de usos sociais visando ao lucro particular. No caso dos grupos étnicos, a privatização de componentes ou propriedades biológicas derivadas do conhecimento ou uso destes grupos implica também ameaças e intromissões nos seus territórios e autonomia, muito embora no caso colombiano os direitos à terra e à autonomia sejam reconhecidos pela legislação (Instituto Humboldt, 2000: 77-91).

Segundo padrões ocidentais, os ganhos surgem de inovações que devem estar protegidas pelos direitos da propriedade intelectual. Contudo, em muitas

comunidades camponesas a inovação emerge do interior da tradição. Impondo uma linguagem de direitos de propriedade intelectual nos sistemas camponeses, os benefícios das inovações da comunidade acabam por enriquecer o capital externo (Gudeman e Rivera, 1990; Gudeman, 1996).

2. A REDESCOBERTA DE UMA REGIÃO: O PACÍFICO COLOMBIANO

A região do Pacífico colombiano é uma vasta área de floresta tropical úmida de aproximadamente 960 quilômetros de comprimento, que oscila entre os oitenta e 160 quilômetros de largura (por volta de 70 mil km²) e se estende desde o Panamá até o Equador, e desde a vertente ocidental da cordilheira Ocidental até o oceano Pacífico. Perto de 60% da população vive em algumas cidades e grandes vilas, enquanto o resto habita essa enorme área percorrida por mais de 240 rios que correm desde a cordilheira até ao mar. Os afro-colombianos, descendentes dos escravos trazidos de África nos começos do século XVII para trabalhar nas minas de ouro, constituem a maior parte da população, embora ainda existam cerca de 50 mil indígenas, pertencentes nomeadamente às etnias *emбера* e *waunana*, que vivem no norte do distrito do Chocó. As comunidades indígenas têm mantido práticas materiais e culturais particulares, tais como atividades econômicas e de subsistência que misturam agricultura, pesca, caça e exploração mineira em pequena escala; famílias extensas e relações sociais de parentesco; tradições orais e práticas religiosas; formas de conhecimento particulares e utilização de diversos ecossistemas selvagens etc.

Os grupos negros desenvolveram e mantêm práticas culturais de origem não apenas africana como também indígena e espanhola — ricos e complexos sistemas de aproveitamento da floresta, famílias numerosas, danças especiais, tradições orais e musicais, cultos e ritos funerários e bruxaria, entre outras. Estas atividades se articulam cada vez mais com formas urbanas modernas, devido em parte às migrações internas e externas e ao impacto das mercadorias, dos meios de comunicação e dos programas de desenvolvimento provenientes do interior do país. Muito embora a região nunca tenha estado isolada dos mercados mundiais — os ciclos áureos de prosperidade, da platina, das madeiras preciosas, da borracha, da indústria madeireira (Whitten, 1986) e, como veremos adiante, também os recursos genéticos têm amarrado as comunidades étnicas à economia mundial —, foi apenas na década de

1980 que a região começou a ser tida em conta através de políticas organizadas para o seu desenvolvimento.

O que está a acontecer no momento presente no Pacífico não tem nenhum precedente: planos de desenvolvimento em grande escala, abertura de novas frentes para a acumulação de capital — cultivo de tamareira africana e viveiros de camarão — e numerosas mobilizações de indígenas e negros. Dentro deste nascente imaginário, a região do Pacífico colombiano ocupa um lugar importante enquanto plataforma de lançamento para a macroeconomia do futuro, e a descoberta da biodiversidade nesta região acaba por ser uma das principais componentes desse imaginário (Escobar, 1996).

Três atores principais — Estado, capital e movimentos sociais — lutam para definir o futuro da região. Na retaguarda destes atores estão ordens culturais e políticas diferentes, cujas genealogias e laços de união com racionalidades socioeconômicas e culturais devem ser esclarecidas. O estudo da política cultural de cada um destes atores é importante porque o futuro da região vai depender, em boa parte, da forma como esta for definida e representada. A política cultural da natureza nesta região está inscrita em três processos básicos desenvolvidos simultaneamente após 1990: a) as políticas radicais de abertura em face dos mercados mundiais, favorecidas pelo governo em anos muito recentes, com especial ênfase na integração das economias da bacia do Pacífico no resto do país; b) as novas estratégias de desenvolvimento sustentável e de conservação da biodiversidade; c) as crescentes e cada vez mais visíveis mobilizações de populações negras e indígenas.

A situação que se vive no Pacífico colombiano é muito especial, porque se articulam de forma profunda os diferentes fatores que intervêm nos debates sobre a biodiversidade, patentes e direitos de propriedade intelectual sobre usos de espécies biológicas. Esta área tem sido reconhecida como uma das zonas mais biodiversas do planeta (García Kirkbride, 1986) e as suas zonas rurais que contêm floresta úmida são habitadas por grupos étnicos indígenas e afro-colombianos muito envolvidos no processo de organização da defesa dos seus direitos. O reconhecimento dos direitos dos grupos étnicos pela Constituição e por outras leis colombianas, assim como a participação oficial da Colômbia nos encontros internacionais sobre biodiversidade, constituem um dos pontos que tornam o Pacífico colombiano um dos cenários fulcrais para os debates contemporâneos sobre biodiversidade.

A partir do final dos anos 1980, o governo enceta uma política ampliada de integração nas economias da bacia do Pacífico. O oceano Pacífico —

rebatizado como o “mar do século XXI” — afirma-se como o espaço socioeconômico, e em menor escala cultural, do futuro.

3. MOBILIZAÇÃO ÉTNICA NO PACÍFICO

A partir de começos da década de 1970 os grupos indígenas no mundo, na América Latina e na Colômbia em particular, renovam com especial intensidade a luta pela própria existência, exigindo direitos específicos baseados na diferença étnica e não apenas enquanto setores sociais agrários em busca de direitos básicos. Estas mobilizações tiveram eco nos cenários multilaterais como a Unesco, a OIT e a ONU. A Convenção nº 169 da OIT fez um detalhado reconhecimento dos direitos dos povos indígenas do mundo e tornou-se lei em muitos dos países signatários, como aconteceu na Colômbia com a aprovação da lei nº 21 de 1991. Contudo, como indica Flórez (2000: 5), não existe legislação nacional ou acordos internacionais que protejam explicitamente o conhecimento tradicional das tentativas de apropriação indevida e sem consulta por parte de multinacionais apoiadas pelos governos das nações capitalistas. Promover o aparecimento de normas sobre o assunto é, pois, um dos desafios e uma das tarefas dos movimentos étnicos.

O surgimento do conceito de biodiversidade e as suas variadas consequências na Colômbia ocorre num contexto de três décadas de luta por parte dos indígenas e de uma década de luta por parte das comunidades negras pela propriedade coletiva dos seus territórios, pelo respeito em relação às suas particularidades socioculturais e pela autonomia das suas autoridades nativas. Como resultado destas mobilizações coletivas de indígenas e negros, a legislação colombiana, através de diferentes normas constitucionais, leis e decretos, reconhece os referidos direitos, mas a capacidade do Estado colombiano para fazer cumprir a sua própria legislação é muito fraca.

Os indígenas na região do Pacífico constituem um grupo populacional minoritário. Cerca de 50 mil encontram-se, na sua maioria, na parte norte do território ocupada pelo distrito do Chocó. Uma minoria encontra-se nos distritos do sul. No Chocó, desde 1980, estão organizados na Organização Regional Embera Wounán (Orewa) com uma centena e meia de *cabildos*, i.e., governos de comunidades locais. No segmento Sul das florestas costeiras do Pacífico existem organizações regionais muito menores de grupos Embera denominados nesta área como *eperara siepidara*. Na base da cordilheira con-

tígua à parte norte da planície pacífica, nos distritos de Antioquia e Risaralda, as terras é objeto de intensa colonização há quase um século. Cerca de de 7 mil indígenas Embera encontram-se na Organização Indígena de Antioquia e nas comunidades maiores da zona Chamí em Risaralda. No espaço de transição da Cordilheira para a floresta do Pacífico do distrito de Nariño encontram-se por volta de 5 mil indígenas Awá organizados na União do Povo Awá (Unipa).

O processo de organização destas populações rurais do Pacífico começou há vinte anos. Nessa altura, um grupo de jovens estudantes indígenas do ensino secundário, apoiado por alguns missionários católicos e inspirado pelas organizações dos indígenas do Cauca, na Colômbia, e noutras partes da América Latina, criou a Organização Regional Embera Wounán (Orewa) do Chocó, pioneira na luta em prol do reconhecimento dos territórios indígenas, do respeito pela sua cultura e da vinculação organizativa de todas as comunidades indígenas da região. Após duas décadas, a Orewa registra com êxito a propriedade da maior parte das terras indígenas e forma governos locais em quase todas as comunidades indígenas do Chocó (Pardo, 1997: 233-234). Na sua trajetória de ação, a Orewa teve de se defrontar com empresas madeireiras e mineiras, com construtoras de estradas e de projetos hidrelétricos e, mais recentemente, com as tentativas de investigação sobre recursos biológicos e genéticos que não consultaram a Orewa. Bem mais recentes são os processos de organização nas áreas de contato com a cordilheira nos distritos de Antioquia, Risaralda e Nariño ou nas florestas baixas do litoral em Valle, Cauca e Nariño.

No começo dos anos 1980, foram as povoações negras do rio Atrato, federadas na Associação Camponesa Integral do Atrato (Acia), que envolveram a organização, também através de acompanhamento missionário, com a defesa do seu território e recursos naturais contra as grandes empresas madeireiras às quais o Estado tinha feito grandes concessões. Após intensas mobilizações e sinuosas negociações com o governo, a Acia conseguiu que fosse reconhecido às comunidades o direito de acesso e de proteção de grandes extensões territoriais vitais para a subsistência e que anteriormente eram consideradas terrenos baldios. Apenas nos últimos anos a bandeira da diferença cultural tem sido o elemento mais importante da organização negra, especialmente em resultado de um novo movimento no Pacífico. Nesse sentido, existem dois fatores fundamentais: primeiro, as investidas do desenvolvimento e do capitalismo sobre a região, animados pelo processo de

abertura e de integração no país; e, segundo, o processo de reforma constitucional que culminou com a eleição da Assembléia Nacional Constituinte e com a mudança da Constituição Política que vinha desde 1886. Para as comunidades negras do Pacífico, esta foi uma oportunidade única para construir a sua identidade sob o princípio de exigências e propostas culturais, políticas e socioeconômicas. Dado que os negros não conseguiram ter os seus próprios representantes na Assembléia Nacional Constituinte de 1991, a sua situação foi apresentada pelos representantes indígenas. Inicialmente aprovados pela Assembléia como medida provisória, os direitos culturais e territoriais das comunidades negras foram finalmente incluídos na lei nº 70 de 1993, dois anos após a entrada em vigor da nova Constituição Política.

A experiência da Acia na região do rio Atrato e as suas reivindicações pelo reconhecimento do caráter coletivo do território e da idiossincrasia cultural foram fundamentais para que os direitos da população negra acabassem por ser reconhecidos pela Constituição de 1991 e para que se gerasse uma dinâmica que conduziu o processo organizativo às comunidades negras de toda a região do Pacífico. No Chocó, pouco depois da Acia, surgiram outras organizações da bacia fluvial no Baudó, no Alto e Baixo San Juan e no Baixo Atrato. Tempos depois, na sequência das discussões na Assembléia Constituinte, surgiram organizações de ativistas nos maiores centros urbanos com o objetivo de impulsionar a organização distrital das comunidades negras rurais.

A nova Constituição concedeu direitos sem precedentes às minorias étnicas e religiosas e fez um reconhecimento explícito dos direitos específicos dos grupos indígenas, atribuindo-lhes territórios inalienáveis sob a forma de reservas e reconhecendo a sua autonomia política. A mudança constitucional funcionou como conjuntura para uma série de processos sociais, entre os quais os mais visíveis foram as organizações negras e indígenas. Através de um artigo transitório, a nova Constituição ordenou a expedição de uma lei para a salvaguarda dos territórios, da cultura e da sociedade das comunidades negras estabelecidas nas florestas superúmidas do Pacífico e em territórios similares. Conseqüentemente, o governo apresentou a lei nº 70 de 1993, que foi aprovada, e pela qual se estabeleceu a criação de territórios coletivos para as comunidades negras do Pacífico, a sua administração por conselhos comunitários e outras medidas para a proteção da cultura e da sociedade destes grupos sociais.

As ações empreendidas há uma década pelas populações negras com os objetivos de serem ouvidas na Assembléia Constituinte, de pressionarem e

proporem a expedição da lei nº 70 e de participarem do seu desenvolvimento, ampliaram o processo organizativo a grande parte das populações negras do Pacífico. Começaram como núcleos de ativistas urbanos que faziam divulgação e educavam as populações negras ribeirinhas sobre as possibilidades de assegurar os seus territórios e cultura própria. Em 1992, para a discussão com o objetivo de propor uma lei para as comunidades negras, o governo proporcionou condições para a realização de oficinas e discussões de trabalho ao longo de todo o Pacífico, condições essas que foram sobretudo apropriadas pelas incipientes organizações distritais, o que lhes permitiu consolidar a sua influência no meio.

A mobilização e discussão durante a Assembléia Constituinte em 1990 e 1991 para a elaboração da Lei nº 70 em 1992 e 1993 e para a divulgação desta lei obtiveram recursos governamentais e foram lideradas em boa medida pelas organizações da bacia fluvial no Chocó e pelas organizações distritais nos distritos de Valle, Cauca e Nariño. Nestas últimas, entre 1993 e 1998, o denominado Processo de Comunidades Negras (PCN) adquiriu relevo — uma rede de mais de 140 organizações locais que assumiu um papel de protagonismo na luta pelos direitos constitucionais atribuídos às comunidades negras na defesa dos seus territórios. A característica mais distinta do PCN é a articulação de uma proposta política com um fundamento e um caráter principalmente etnoculturais. A sua visão não é a de um movimento baseado num elenco de “necessidades” e exigências para o “desenvolvimento”, mas sim a de uma luta exposta em termos de defesa das diferenças culturais. Nisso consiste o caráter mais radical do movimento. O PCN coordenou as organizações distritais denominadas “trincheiras” (*palenques*) em Valle, Cauca e Nariño e na Costa Atlântica. À medida que o processo de concessão de títulos de propriedade dos territórios coletivos avança, a influência e o alcance nacional do PCN e das “trincheiras” tem vindo a diminuir sensivelmente perante a consolidação dos Conselhos comunitários.

Na III Assembléia Nacional de Comunidades Negras, realizada em setembro de 1993 e na qual se constituiu formalmente o PCN, propuseram-se metas a atingir, tais como: a) a reafirmação da identidade (o direito a serem negros); b) o direito ao território; c) autonomia (o direito a exercerem a identidade) nomeadamente na esfera política, e, por último, d) o direito a construir uma perspectiva autónoma de futuro baseada na cultura negra (Grueso *et al.*, 1998).

Na agenda de mobilização, tanto das organizações indígenas como das organizações negras do Pacífico, as considerações sobre a biodiversidade e os direitos das populações locais sobre os recursos biológicos e genéticos da região ocupam um lugar proeminente. De grande importância dentro das expressões anti-hegemônicas contemporâneas, os movimentos étnico-territoriais no Pacífico, quer ameríndios quer das populações negras, conseguiram subtrair do regime de propriedade privada individual e mercantil da terra extensos territórios e submetê-los à abordagem do uso sustentável sob o controle das populações locais. A luta destes grupos pelo controle do território e dos recursos naturais desenvolve-se em diversas frentes contra as formas mais cruéis das indústrias extratoras — a mineração com retroescavadora ou o abate florestal —, contra obras de infra-estruturas — estradas, portos ou barragens hidrelétricas — que ameaçam o bem-estar das comunidades, contra formas capitalistas de exploração agroindustrial que põem em perigo a viabilidade ecológica ou acesso à terra — os viveiros de camarão, as plantações de tamareiras ou as explorações de palmito —, contra as tentativas de exploração dos recursos genéticos por parte de multinacionais ou contra as regulamentações estatais — o caso do acesso e inclusão dos mangais nos territórios coletivos ou da viabilidade da mineração artesanal dentro do âmbito mineiro.

Os movimentos têm estado, pois, a lutar contra diversas formas de exclusão, de dominação e de exploração. De forma semelhante ao que é exposto por Santos (2000: 18), os movimentos conseguiram resultados criativos em relação às contradições que se foram descobrindo na ação reivindicativa e desta forma foram desenvolvendo relações emancipatórias no confronto com o poder estabelecido nas suas diversas expressões.

Para os ativistas, a defesa de determinadas práticas culturais das populações ribeirinhas é uma decisão estratégica na medida em que são reconhecidas não apenas por incorporarem forças de resistência ao capitalismo, mas também como elementos de racionalidades ecológicas alternativas. Deste modo, o movimento constrói-se sobre a base de redes de práticas e significados culturais submersos dentro das comunidades ribeirinhas e da sua construção ativa de mundos (Melucci, 1989) e, portanto, essas redes são concebidas como base para uma configuração política da identidade mais relacionada com o encontro com a modernidade — Estado, capital, ciência, biodiversidade — do que com identidades essenciais e atemporais.

A partir de 1997 têm vindo a ser concedidos títulos de propriedade aos Territórios Coletivos Negros no Pacífico, tal como ordenou a lei nº 70 de 1993.

O primeiro título foi atribuído a localidades do Baixo Atrato, em março de 1997; em fevereiro de 1998, foi concedido o título de propriedade de cerca de 650 mil hectares ao Médio Atrato, que tinha sido solicitado pela Acia. Posteriormente, foram sendo adjudicados os títulos de territórios coletivos de menores dimensões em partes distintas do Pacífico colombiano. Este processo mudou sensivelmente os quadros organizativos nos três distritos do Sul. A liderança de ativistas urbanos com sede nos principais centros distritais no Pacífico — Buenaventura, Guapi e Tumaco — foi dando o lugar às associações dos Conselhos comunitários que criaram a lei nº 70 como administração colegiada dos territórios coletivos.

A maior parte dos Conselhos comunitários agrupou-se em organizações sub-regionais que, embora não tenham renunciado explicitamente à organização distrital, ganharam independência e autonomia. À medida que a concessão de títulos de propriedade avança, os ativistas urbanos vão perdendo a ascendência sobre as comunidades rurais, ainda que os primeiros se mantenham visíveis e continuem a servir de interlocutores com as instituições governamentais. Deste modo, está a ficar definitivamente consolidada, na parte sul do Pacífico, a forma organizativa que, desde os começos do movimento em meados dos anos 1980, se tinha produzido no Norte, no Chocó, através de associações sub-regionais de localidades ribeirinhas contíguas unidas pelo fato de reivindicarem a propriedade de territórios coletivos (Pardo, 2000: 239). É a isto que ativistas e analistas do movimento de comunidades negras designaram por organizações étnico-territoriais.

O movimento indígena e o movimento negro estão, pois, imersos em complexas redes de relações nacionais e internacionais que lhes permitem deixar o isolamento e a anomia aos quais o sistema hegemônico os remeteu, inscrevendo-se deste modo em redes de globalização anti-hegemônica. Foram criadas alianças entre organizações negras e indígenas. Os indígenas tinham começado a luta sete anos antes e puderam, com a sua experiência prévia, apoiar organizações negras emergentes em 1987, nomeadamente a Acia. Pouco tempo depois, a Acia e a Orewa impulsionaram a criação da Associação Camponesa do San Juan (Acadesan), em 1989. E ali, no rio San Juan, realizou-se pela primeira vez um encontro biétnico entre negros e indígenas, do qual saiu a ousada proposta de criar um território coletivo biétnico na bacia deste rio (Obapo, Orewa e Acia, 1990-91). A Orewa e as organizações negras continuaram a coordenar mobilizações ao ponto de apoiarem conjuntamente o candidato indígena do Chocó para a Assembléia Consti-

tuinte de 1991; este foi eleito e impulsionou a aspiração dos camponeses negros de terem a autorização constitucional para serem titulares de territórios coletivos (Wade, 1995). Atualmente, no Chocó, estas organizações continuam a coordenar a tomada de posição em relação a diferentes assuntos e diante de sua participação em entidades em que, legalmente, tal é permitido.

Na região ao sul do Chocó a população indígena é muito mais reduzida e as suas organizações mais recentes. Nesta área, as organizações negras agruparam-se em federações distritais (as denominadas "Trincheiras") e muitas delas são coordenadas em nível nacional pelo PCN. As ações conjuntas das organizações nesta zona obtiveram recentemente resultados importantes no que se refere às reivindicações para que os mangais costeiros fossem incluídos nos títulos coletivos. O Ministério do Meio Ambiente argumentava que os mangais deveriam ser considerados áreas públicas e que, portanto, não podiam ser parte de títulos coletivos. As organizações sustentavam que a característica pública dos mangais era violada a partir do momento em que o próprio Estado fazia concessões às empresas do camarão, permitindo-lhes a construção de gigantescos reservatórios que alteravam gravemente a ecologia do mangal. Finalmente, em 2000, o governo aceitou incluir os mangais no título de propriedade coletiva, ainda que não de forma inalienável. O fato de exigirem o controle sobre os mangais evidencia que os movimentos continuam a ampliar o seu conceito de natureza-território como espaço vital de interações complexas e variadas entre habitantes e meio ambiente, combatendo as constantes incursões do capital para mercantilizar cada vez mais dimensões da natureza.

As organizações indígenas fazem parte da Organização Nacional Indígena da Colômbia (Onic), que mantém contatos internacionais ativos e permanentes com outras organizações étnicas, de direitos humanos, ambientalistas e de apoio às organizações de base. Por sua vez, também as organizações negras estão relacionadas com entidades internacionais. Comitês internacionais, principalmente europeus, já visitaram as zonas mais afetadas pela guerra. Tanto organizações indígenas como negras desenvolvem projetos financiados por organizações internacionais procedentes de diferentes países. Organizações católicas européias têm sido permanentes financiadoras das organizações indígenas e da Acia. Líderes indígenas e negros participam regularmente de encontros internacionais, para divulgar as suas posições. Ativistas do PCN, por exemplo, têm assistido a numerosas reuniões internacionais, não apenas como parte de redes antiglobalização, mas também como

parte de redes de ativistas negros e de redes ambientalistas (Escobar, 2000). E, muito recentemente, os movimentos de negros e indígenas tiveram de recorrer a todos os contatos nacionais e internacionais possíveis para obterem apoio e solidariedade perante os impactos brutais da guerra sobre os territórios e os habitantes das zonas ribeirinhas da região.

4. A GUERRA ESTENDE-SE AO PACÍFICO

Há seis anos as lutas das organizações de base do Pacífico pelo controle e uso humanista dos seus territórios e recursos naturais são afetadas pela guerra, que fustiga muitas outras regiões da Colômbia. A intensificação do confronto militar revela, assim, que, além das dimensões de valorização econômica, geopolítica e biotecnológica que ocasionam disputas de diferente importância pelo controle da região, há que ter em linha de conta também o aspecto militar do Pacífico. As características da região convertem-na num espaço privilegiado para o tráfico de armas e de drogas ilícitas. As vastas regiões selvagens são locais ideais para nelas operarem os grupos armados irregulares. Dentro da geopolítica da guerra, o domínio militar sobre o Pacífico tornou-se uma peça muito valiosa. Os paramilitares querem ampliar o seu domínio sobre o Noroeste colombiano e assegurar a fronteira estratégica com o Panamá; todos os grupos querem controlar não só as passagens para o Pacífico como também as mais recentes culturas de coca em expansão nas áreas de população negra e que estão se ampliando desde Nariño até o Norte.

Além disso, as ações dos movimentos sociais pelo controle territorial têm afetado os interesses dos investidores de capital na região, tais como as empresas dedicadas à extração de madeiras, de ouro, de palmito ou as culturas extensivas de tamarreira africana ou de camarão. Esta situação resulta facilmente no aparecimento de grupos armados com o objetivo de ameaçar as empresas ou de perseguir os ativistas dos movimentos. Tudo isto, após um curto espaço de tempo, degenera num confronto aberto entre paramilitares e guerrilheiros, com a presença ocasional do Exército.

Porém, tal como ilustram os trabalhos de Romero (2000) e de Uribe (2000: 25-26), o confronto entre os grupos armados raramente se concretiza em combates diretos entre os protagonistas. A tática mais generalizada é a de assegurar o controle territorial mediante a manipulação da população através do terror. Quando uma dessas organizações ataca a outra, o faz eli-

minando ou afugentando a população civil previamente submetida militarmente pela organização adversária. O Norte da região do Pacífico foi durante anos uma zona de retaguarda das Farc. Constituindo parte do projeto paramilitar de dominar todo o Noroeste colombiano, a partir de finais de 1996 colunas destes grupos caíram sobre as populações do Baixo Atrato, assassinando numerosos líderes e habitantes e expulsando da região a maior parte da população. Todos os dirigentes sobreviventes da organização negra camponesa local, a Organização Camponesa do Baixo Atrato (OCABA), que havia recebido o primeiro título de propriedade de territórios coletivos pela lei 70, tiveram de fugir e a organização foi praticamente extinta (entrevista a dirigentes de OCABA, Quibdó, 1998). Milhares de habitantes do Baixo Atrato e do Urabá do Chocó foram deslocados e muitos deles ficaram amontoados durante meses em Quibdó. Diante da falta de eficiência governamental, foram outras organizações pertencentes ao movimento social que, através da denúncia e de trabalho solidário, conseguiram obter alguns recursos para socorrer a população deslocada. Os paramilitares, por seu lado, foram avançando para o sul e, no início de 1999, já dominavam as principais povoações.

Há vários anos que a Organização Indígena de Antioquia (OIA) declarou uma posição de "neutralidade ativa" em relação ao conflito armado. A recusa de envolvimento no conflito provocou retaliações por parte das Farc, que assassinaram vários membros das comunidades indígenas no Urabá e no Ocidente do distrito, afetando os *emberá-katío*, que constituem a maior parte dos membros da organização. Pouco tempo depois, os paramilitares estavam a fazer as mesmas acusações e a cometer também assassinatos contra os líderes das comunidades.

No mês de março de 2000, as Farc procuraram recuperar o terreno perdido e destruíram boa parte dos povoados de Vigía del Fuerte e de Bellavista no Médio Atrato, no coração do território da Acia. Uns meses após a morte do pároco de Bellavista e de um missionário secular quando a embarcação em que viajavam foi atacada por uma lancha paramilitar, a população da aldeia de Neguá teve de fugir em massa para Quibdó. O medo é permanente e a qualquer momento se esperam novos confrontos (Wouters, 2000: 265).

No distrito de Nariño, a zona mais ao sul da região do Pacífico, a guerra já chegou também com as suas devastadoras conseqüências. O percurso entre Pasto e Tumaco, uma das duas únicas estradas colombianas que ligam o interior andino à costa, é, há cinco anos, território de guerra. Na zona contígua de Barbaças há uma forte presença do ELN e nas imediações de Tumaco

se verificam, há alguns anos, ameaças e assassinatos seletivos de líderes negros que denunciam a expansão abusiva dos cultivos de tamareira e das empresas dedicadas ao camarão (Agudelo, 2000).

Na outra estrada para o Pacífico, que parte de Cali para o porto internacional de Buenaventura, a situação é também extremamente grave. Há dois anos que as Farc e o ELN mantêm a sua ofensiva sobre a zona e os paramilitares começaram também a disputar o território. Têm-se verificado situações análogas na estrada pan-americana entre Cali e Popoyán e, como sempre, é a população civil que é sistematicamente vítima dos assassinatos, da destruição de aldeias, dos massacres, dos deslocamentos e do terror generalizado.

O panorama em toda a região é, pois, desolador; muitos dos territórios em que organizações de base, negra ou indígenas, atuam são cenários de confronto bélico. Os grupos armados pretendem exercer o controlo territorial através do terror e, diante disso, as prioridades das organizações se concentram na sobrevivência e na denúncia, enquanto os projetos de proteção dos territórios e dos recursos naturais ficam à espera.

As organizações tiveram, pois, de recorrer a redes previamente construídas de organizações nacionais e internacionais de apoio às organizações de base e de direitos humanos. As organizações no Chocó, nomeadamente a Acia, juntaram-se a uma campanha que agregou diversos setores com o objetivo de declararem o Chocó "território de paz". Partindo da iniciativa do PCN, foi proposta a criação de "territórios de proteção" para os distritos do Sul nos quais as populações atacadas ou ameaçadas pudessem refugiar-se sob a atenta vigilância internacional (Agudelo, 2000). Surgiram também organizações de população negra deslocada que agem em estreita cooperação com as organizações étnico-territoriais.

Em meados de 2000 a situação dos indígenas do ocidente de Antioquia e de outras partes do país chegou a ser tão séria que as Nações Unidas fizeram um apelo especial ao governo colombiano para que protegesse os grupos indígenas apanhados no meio da guerra. Contudo, nos finais desse ano, um grupo das Farc assassinou um líder indígena da OREWA e o presidente da Câmara de Juradó, na costa do Pacífico fronteira com o Panamá.

Quase todas as principais organizações internacionais de direitos humanos têm feito apelos ao governo colombiano para que este atue e proteja as populações indefesas. Mas a realidade dos deslocados e das agressões à população civil atinge tais dimensões que os casos do Pacífico são apenas mais alguns a se juntarem aos de muitas outras regiões do país. A Colômbia vive

hoje uma das situações mais graves de deslocação do mundo, com um total de mais de dois milhões de pessoas expulsas dos seus lares.

5. MOVIMENTO ÉTNICO E BIODIVERSIDADE

Poderão os movimentos sociais nas florestas tropicais vir a tornar-se atores importantes dentro dos discursos que estão a moldar o futuro das florestas? Poderão eles vir a participar na coprodução de tecnociência e sociedade, natureza e cultura, que foi posta em marcha através da rede da biodiversidade?

A eleição da diferença cultural como conceito articulador da estratégia política resultou de vários fatores históricos e também dos amplos debates decorrentes da mudança constitucional. Na sua reinterpretação da história regional, os ativistas do Pacífico não se afastaram apenas da perspectiva integracionista, ao denunciarem fortemente o mito relativamente à democracia racial, mas também ressaltaram o fato de que as comunidades negras e indígenas do Pacífico favoreceram historicamente o seu isolamento em relação à sociedade e à economia nacional, embora reconheçam que essa ética de isolamento e independência é cada vez menos plausível sob as atuais forças integracionistas e perante a inevitável presença dos meios de comunicação de massas, das mercadorias modernas e outras coisas desse tipo. Nesse sentido, a relação entre território e cultura se reveste de importância fundamental. Os ativistas têm um conceito de território enquanto “espaço para a criação de futuros, de esperança e de continuidade da existência”. A perda desses territórios é equiparada “ao regresso aos tempos da escravidão”.

Deste reconhecimento nasce o interesse pela biodiversidade e pela abertura de uma porta para o futuro. Não é simples coincidência o fato de vários profissionais negros associados ao movimento terem decidido participar do projeto governamental sobre a biodiversidade, o Projeto Bio Pacífico (PBP), financiado pelo GEF. As negociações com o PBP fizeram com que as organizações negras e indígenas participassem do planejamento do projeto, espalhando pela região estratégias de conhecimento e de divulgação da biodiversidade. O ativismo dos movimentos sociais étnicos do Pacífico conseguiu também que os seus representantes fizessem parte das assembléias gerais e das juntas diretoras das Corporações Regionais, que são as autoridades ambientais nos distritos. Idêntica participação verificou-se no Instituto de Pesquisas Am-

bientais do Pacífico, que herdou do PBP os arquivos e a missão de investigação e conservação da biodiversidade no Pacífico.

Embora reconheçam os riscos que esta participação implica, estes ativistas estão convencidos de que o discurso da biodiversidade fornece possibilidades que não podem dar-se ao luxo de ignorar. A biodiversidade pode ser um elemento importante na formulação de estratégias alternativas de desenvolvimento. Tal como sustentam os ativistas, não se pretende nenhum tipo de desenvolvimento convencional; têm, todavia, menos certezas sobre o que realmente pretendem. Também reconhecem que os peritos na matéria — ecologistas, antropólogos, biólogos, encarregados de planeamento etc. — podem ser aliados importantes, o que sugere a possibilidade de uma estreita colaboração entre peritos e ativistas dos movimentos sociais.

A noção de “território” é um conceito novo nas lutas sociais das florestas tropicais. Os camponeses estão profundamente envolvidos nas lutas pela terra em toda a América Latina. O direito à terra — como espaço ecológico, produtivo e cultural — é uma nova exigência política que está promovendo uma importante reterritorialização, ou seja, a formação de novos territórios motivada pelas novas percepções e práticas políticas. Os discursos sobre biodiversidade e dinâmica do capital na sua fase ecológica abrem espaços que os ativistas visam a utilizar como elementos de luta. Esta dialética apresenta uma série de paradoxos para o movimento, incluindo os aspectos contraditórios de defender a natureza e cultura locais mediante uma linguagem que não reflete a experiência local sobre a natureza e a cultura. Existem fundamentos teóricos para prever alianças entre comunidades locais e tecnociência, cuja conveniência política não deve ser descartada de antemão. É instrutivo o fato de algumas organizações não-governamentais do Terceiro Mundo terem tido êxito na articulação de uma visão de oposição que circula nalguns pontos da rede, graças, em boa medida, a novas práticas e meios, tais como as redes eletrônicas e os encontros preparatórios das Nações Unidas.

As formas de compreensão e relacionamento com a natureza que existem na região do Pacífico estão se transformando devido ao crescente aumento de capital, desenvolvimento e modernidade, incluindo os discursos sobre desenvolvimento sustentável e biodiversidade. As atuais paisagens da natureza e a cultura caracterizam-se por serem formas híbridas. As naturezas híbridas assumem uma forma especial nas áreas de floresta tropical, onde os grupos populares e movimentos sociais procuram defender, mediante novas práticas e tendo a tecnonatureza como possível aliada, a natureza orgânica

contra os golpes da natureza capitalista. Em lugares como o Pacífico colombiano, as lutas pela diferença cultural são também lutas pela diversidade biológica. Que tipos de natureza será possível desenhar e proteger sob estas circunstâncias? Será possível construir uma política cultural sobre biodiversidade que não intensifique ainda mais a colonização das paisagens naturais e culturais tão características da modernidade (Escobar, 1997b)?

Posicionadas em plena convergência entre diferentes regimes históricos — cuja hibridação constitui uma forma única de pós-modernidade —, as lutas nas florestas tropicais do mundo teriam histórias exemplares para contar sobre o que foi a “natureza”, o que é e o que poderá vir a ser no futuro. Embora seja certo que a prática da filosofia é a criação de conceitos — uma construção de possibilidades para a vida mediante práticas novas de pensamento, imaginação e entendimento (Deleuze e Guattari, 1993) — e que hoje essa tarefa implica revalidar a resistência contra o capitalismo, os ativistas nas florestas tropicais poderiam manter vivo o sonho de outras terras e de outras gentes para o futuro. Utópico? Talvez. Mas tenhamos presente que “utopia designa a junção da filosofia com o presente. [...] Mediante a utopia, a filosofia torna-se política, levando até ao extremo a crítica do seu tempo” (Deleuze e Guattari, 1993: 101). Algumas destas utopias da natureza e da cultura são visíveis nas práticas dissidentes dos ativistas indígenas e negros do Pacífico colombiano.

6. AS DISPUTAS DA BIODIVERSIDADE NO PACÍFICO

Confrontadas com pressões nacionais e internacionais sobre os recursos naturais e genéticos da região, as comunidades negras e indígenas organizadas prepararam-se para entrar numa luta desigual e estratégica pela manutenção do controle sobre o último espaço territorial onde ainda exercem uma influência cultural e social significativa.

No que se refere à possibilidade de conseguirem diminuir ou atenuar as atividades predatórias do Estado e do capital, as discussões sobre a biodiversidade são de extrema importância para os movimentos negros e indígenas. Demonstraram amplamente o menor impacto que os sistemas tradicionais têm sobre a biodiversidade, enquanto “desconstroem” a percepção de que as florestas estão sendo destruídas por indígenas e negros pobres. Os futuros desenvolvimentos em relação à biodiversidade estarão condicionados por três

fatores: a questão da paz e da violência, a capacidade para imaginar e implementar estratégias de desenvolvimento alternativas e a persistência e força do movimento.

A construção de noções de “território” e “região” no Pacífico colombiano é recente. Importante para a construção destas noções foram as respostas quase imediatas que as comunidades e organizações negras deram às investidas do capital (nomeadamente madeireiro e mineiro) na região do Médio Atrato, a partir de meados da década de 1980. Esta investida, seguindo a análise certa de William Villa (1998), não só intensificou a erosão das práticas tradicionais de produção e dos modos de povoamento e apropriação do meio por parte das comunidades da área, como as obrigou a delimitar e defender os seus territórios da invasão de forasteiros. Esta apropriação vital do território adotou um rumo definitivo com a intervenção da Associação Camponesa Integral do Atrato (Acia), que adicionou à discussão elementos de etnicidade e de questionamento do Estado. É a partir destas lutas que se deve marcar “o início de uma nova ordem para o Pacífico e a constatação da eficácia de um discurso político que articula a identidade cultural do negro em relação à forma específica de apropriação territorial” (Villa, 1998: 441).

Pode-se dizer que nesta articulação entre identidade cultural e apropriação de um território está subjacente a ecologia política do movimento social das comunidades negras e indígenas. A demarcação de territórios coletivos negros e reservas indígenas levou os ativistas a desenvolverem um conceito de território que enfatiza a articulação entre os diversos padrões de assentamento, os usos do espaço e as práticas de uso-significado dos recursos, expressos, no caso dos indígenas, em cosmologias ancestrais.

Os “sistemas tradicionais de produção” das comunidades ribeirinhas, mais orientados para o consumo local que para o mercado e acumulação, estão a operar como formas de resistência. Têm sido sustentáveis a ponto de permitirem a reprodução das ecologias culturais e biofísicas e darem o seu contributo à definição de biodiversidade como “território mais cultura”. Intimamente relacionada com esta definição se encontra uma visão do Pacífico enquanto “território-região de grupos étnicos”: uma unidade cultural e ecológica que é um espaço laboriosamente construído através de práticas culturais e econômicas cotidianas de comunidades negras e indígenas.

O território-região não é apenas uma unidade conceitual, mas também um projeto político. Constitui um esforço no sentido de explicar a diversidade biológica partindo do interior da lógica ecocultural do Pacífico. O ter-

ritório é o espaço de apropriação do ecossistema por parte das comunidades, em interações complexas com o próprio ecossistema. O território-região, pelo contrário, articula este projeto de vida das comunidades com o projeto político do movimento social; é, pois, uma construção política de defesa do território e da sua sustentação. A estratégia do território-região é essencial para o fortalecimento de territórios específicos nas suas diversas dimensões ecológicas, econômicas e culturais.

Poder-se-ia dizer que esta representa uma perspectiva alternativa da biodiversidade ou até uma ecologia política legítima? Então, se o território é um conjunto de projetos e representações do qual uma série completa de comportamentos e compromissos pode emergir pragmaticamente no tempo e no espaço estético, social, cultural e cognitivo, isto é, num espaço existencial de auto-referência do qual podem surgir "subjetividades dissidentes" (Guattari, 1995a, 1995b), é evidente, pois, que este projeto está sendo promovido pelos movimentos sociais do Pacífico. Nesse sentido, o que está em jogo nas reservas indígenas e nos territórios coletivos negros não é a "terra", nem sequer o território desta ou daquela comunidade, mas sim o conceito de territorialidade em si mesmo, enquanto elemento central na construção política da realidade sobre a base da experiência cultural dos grupos étnicos do Pacífico. A luta pelo território é, pois, uma luta cultural pela autonomia e pela autodeterminação.

Território, autonomia política, recursos naturais, autoria de desenvolvimentos e usos biológicos são então parte de um mesmo e complexo problema. A continuidade da existência dos grupos étnicos rurais é concomitante com o acesso aos seus territórios tradicionais e ao controle sobre os recursos naturais contidos nesses territórios manipulados tradicionalmente. É por isso que a continuidade dos grupos étnicos depende também da implementação de legislação que proteja e garanta a especificidade cultural e a autonomia política. Nesse contexto, as lutas dos grupos étnicos para exercer o controle sobre os usos da biodiversidade contida nos seus territórios e sobre as aplicações do conhecimento tradicional associado a essa biodiversidade constituem um fator imprescindível para a sua sobrevivência cultural e política.

Para promover a inovação em comunidades locais e emergentes, como são as do Pacífico colombiano, e pensando inclusive nas aplicações desse conhecimento na economia global, é necessário considerar a forma como o conhecimento global pode ser vinculado positivamente às práticas locais. Esta aproximação não só se opõe diretamente às propostas dominantes baseadas

nos direitos de propriedade intelectual, como também encontra uma articulação com a ecologia política configurada pelos movimentos sociais. Como sugere Martínez Alier (1996), o conflito inerente aos debates sobre a biodiversidade entre o raciocínio econômico e o ecológico precisa ser solucionado politicamente, porque, de outra maneira, as estratégias de conservação resultarão na mercantilização da biodiversidade. Mas será possível defender uma racionalidade de produção ecológica pós-economicista? Na prática, parece que os movimentos sociais são os mais claros defensores das "economias ecológicas" — pelo menos se recusam a reduzir as questões territoriais e ecológicas aos exclusivos termos do mercado e essa é uma lição importante para qualquer estratégia de conservação da biodiversidade (Varese, 1996).

Os movimentos étnicos do Pacífico, de forma similar ao que acontece na Índia segundo Visvanathan (2000), defrontam a racionalidade do capital com a lógica de práticas produtivas construídas durante séculos e, em muitos aspectos, incompatíveis com a institucionalidade e a discursividade do desenvolvimento baseado numa versão particular, predatória e instrumental da ciência e da economia. Visvanathan considera que a questão do conhecimento tradicional deve basear-se num *corpus* de princípios que questionem o saber ocidental mediante uma visão do mundo baseada num uso criativo da natureza e numa satisfação sóbria das necessidades de toda a sociedade (Visvanathan, 2000: 36-42). As tentativas de consagrar nas legislações nacionais e nos acordos internacionais uma visão fragmentada da vida — vista como componentes genéticas e bioquímicas — e do conhecimento tradicional — considerado apenas portador de valor capitalista potencial — podem conduzir, segundo Santos (2000: 22-24), à negação do direito dos povos nativos de serem considerados sociedades integrais, não separáveis entre fragmentos do seu conhecimento, ou entre os aspectos biológicos, econômicos ou sociais das suas práticas.

Os grupos étnicos do Pacífico e as suas organizações tomaram medidas importantes relativamente à utilização da biodiversidade e ao conhecimento associado. As organizações indígenas Orewa, do Chocó, e OIA, de Antioquia, emitiram regulamentos sobre utilização e divulgação do conhecimento tradicional, nos quais se estabelecem exigências a quem pretender pesquisar os recursos naturais. Declarando o conhecimento tradicional como propriedade coletiva dos povos indígenas, estas organizações estabeleceram que toda a pesquisa tem de revelar claros benefícios para os indígenas, tem de passar

por um processo de consulta e de análise das comunidades locais e da organização e que todo uso posterior da pesquisa tem de ser acordado previamente com a organização. A Orewa foi ainda mais longe e proibiu indefinidamente todas as pesquisas que versem sobre o conhecimento tradicional e os recursos genéticos.

As organizações negras também tomaram já consciência da importância de controlar o acesso e o uso do conhecimento tradicional e da pesquisa nos territórios colectivos. A maior parte das organizações exige um processo prévio de consulta para realizar pesquisas.

Líderes indígenas e negros vão progressivamente tomando parte nas discussões internacionais sobre a biodiversidade. Por exemplo, à Conferência das Partes da CDB em Buenos Aires, em 1996, assistiram delegados indígenas e negros da Colômbia. Todos concordaram em propor uma moratória de investigações sobre biodiversidade enquanto não se garantissem os direitos colectivos dos grupos étnicos. Os grupos étnicos colombianos já conheceram de perto exemplos das ameaças da bioprospecção não controlada, como aconteceu com a tentativa de patentear nos Estados Unidos da América uma das componentes do *yagé*, um alucinógeno sagrado, ou no recolhimento não autorizado de amostras sanguíneas em grupos indígenas e o seu posterior envio para os Estados Unidos.

A biodiversidade é uma construção que constitui uma poderosa interface entre a natureza e a cultura, originando uma vasta rede de localidades e atores através dos quais os conceitos, as políticas e, ultimamente, as culturas e as ecologias são debatidos e negociados. Esta construção manifesta uma crescente presença nas estratégias dos movimentos sociais em muitas partes do mundo. O movimento social étnico da região do Pacífico colombiano, como temos procurado demonstrar, gerou uma política cultural que está significativamente atravessada por preocupações ecológicas, incluindo a biodiversidade, e que avança através da construção lenta e laboriosa de identidades afro-colombianas e da reafirmação da identidade indígena, articuladas com construções alternativas do desenvolvimento, do território e da conservação da biodiversidade.

A articulação, ainda incipiente e precária mas esclarecedora, de um vínculo entre cultura, natureza e desenvolvimento, constitui um marco alternativo de ecologia política para as discussões sobre a biodiversidade. Um fato é claro: a distância entre os discursos dominantes acerca da conservação da biodiversidade e a ecologia política dos movimentos sociais é imensa e talvez

crescente. Como ficou exposto, as lutas destes movimentos têm vertentes diferentes e complexas: enfrentam o Estado-Nação para obterem o direito de existência enquanto sociedades diferentes, com suas próprias autoridades, com suas próprias normas; defrontam-se com os diversos agentes económicos que procuram obter lucros através dos seus territórios ou dos seus conhecimentos ancestrais; resistem à irrupção dos agentes da guerra que não respeitam nenhum direito; criam e ampliam circuitos locais e internacionais de atores dissidentes em face da ordem hegemônica. Estes aspectos das lutas se somam às de outros atores que vão construindo e relacionando propostas anti-hegemônicas de origem heterogênea. É por isso que estes movimentos sociais são expressões emancipatórias, pelo fato de defenderem, em maior ou menor medida, "a transformação do poder em autoridade partilhada, a transformação de um privilégio despótico num direito democrático e a transformação do conhecimento em conhecimento-emancipação" (Matias, 2000: 36).

Bibliografia

- Agudelo, Carlos Efrén (2000), "El Pacífico Colombiano: de 'remanso de paz' a escenario estratégico del conflicto armado", comunicação apresentada no simpósio *La Société Prise en Otage. Stratégies Individuelles et Collectives Face à la Violence — autour de Case Colombien*. Marselha, novembro.
- Álvarez, Sonia; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (orgs.) (1998), *Cultures of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Movements*. Boulder: Westview Press.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (1993), *¿Qué es la filosofía?*. Barcelona: Anagrama.
- Escobar, Arturo (1997a), "Biodiversidad, naturaleza y cultura: Localidad y globalidad en las estrategias de conservación", *Colección El Mundo Actual*. México, D.F: Unam/Ciuh.
- Escobar, Arturo (1997b), "Política cultural y biodiversidad: Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano", M. V. Uribe, E. Restrepo (orgs.), *Antropología en la modernidad*. Bogotá: Ican.
- . (2000), "Notes on Networks and Anti-Globalization Social Movements", comunicação apresentada na sessão *Actors, Networks, Meanings: Environmental Social Movements and the Anthropology of Activism*. 99ª Reunión Anual da American Anthropological Association, San Francisco.
- . (1996), "Viejas y nuevas formas de capital y los dilemas de la biodiversidad", A. Pedrosa, A. Escobar (orgs.), *Pacífico ¿Desarrollo o diversidad?*. Bogotá: Ecofondo-Cerec, 109-131.
- Flórez, Margarita (2000), "The Protection of Traditional Knowledge?", comunicação apresentada no Simpósio *A Reinvenção da Emancipação Social*, realizado em Coimbra, de 23 a 26 de novembro. A versão final deste texto pode ser consultada em edição eletrônica em <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa> e está publicada no presente volume desta coleção.
- García Kirkbride, Cristina (1986), *Biological Evaluation of the Chocó Biogeographic Region in Colombia*. Washington: World Wild Fund.
- Grain-Gaia (1998), "TRIPs o CDB: Conflicto entre comercio global y biodiversidad", Documento de discusión en la Cuarta Conferencia de las Partes, CDB, Bratislava.
- Grueso Libia, Carlos Rosero, Arturo Escobar (1998), "The Process of Black Community Organizing in the Southern Pacific Coast Region of Colombia", S. Alvarez, E. Dagnino, A. Escobar (orgs.), *Cultures of Politics, Politics of Cultures*. Boulder: Westview Press, 196-219.
- Guattari, Félix (1995a), *Chaosmosis*. Broomington: Indiana University Press.
- . (1995b), *Chaosophy*. Nova Iorque: Semiotext(e).
- Gudeman, Stephen (1996), "Sketches, Qualms, and Other Thoughts on Intellectual Property Rights", Stephen Brush e Doreen Stabinsky (orgs.), *Valuing Local Knowledge*. Washington: Island Press, 102-121.
- Gudeman, Stephen; Rivera, Alberto (1990), *Conversations in Colombia. The Domestic Economy in Life and Text*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Instituto Humboldt (1998), *Colombia, Biodiversidad Siglo XXI* Bogotá, Instituto Humboldt, Minambiente, DNP, PNUMA, UICN.
- . (2000), *La protección del conocimiento tradicional. Propuesta de reglamentación de la Decisión Andina 391 de 1996*. Bogotá (mimeo.).
- Martínez Alier, Joan (1996), "Merchandising Biodiversity", *Capitalism, Nature, Socialism*, 7(1), 37-54.
- Matias, Marisa (2000), "Don't Treat Us Like Dirt: The Fight Against the Co-Incineration of Dangerous Industrial Waste in the Outskirts of Coimbra", comunicação apresentada no Simpósio *A Reinvenção da Emancipação Social*, realizado em Coimbra, de 23 a 26 de novembro. A versão final deste texto pode ser consultada em edição eletrônica em <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa> e está publicada no presente volume desta coleção.
- Melucci, Alberto (1989), *Nomads of the Present*. Filadélfia: Temple University Press.
- Obapo, Orewa e Acia (1990-91), "Etnocídio de indígenas e negros", *Ecológica* 6, 12, 19.
- Pardo, Mauricio (1997), "Movimientos sociales y actores no gubernamentales", M. V. Uribe e E. Restrepo (orgs.), *Antropología en la Modernidad*. Bogotá: Ican, 207-252.
- . (2000), "Escenarios organizativos e iniciativas institucionales en torno al movimiento negro en Colombia", M. Archila e M. Pardo (orgs.), *Movimientos Sociales, Estado y Democracia en Colombia*. Bogotá: CES/Universidad Nacional-ICANH, 321-345.
- Restrepo, Eduardo (1996), "Cultura y biodiversidad", A. Pedrosa e A. Escobar (orgs.), *Pacífico ¿Desarrollo o diversidad?* Bogotá: Ecofondo-Cerec, 220-243.
- Romero, Mauricio (2000), "Los trabajadores bananeros de Urabá: De súbditos a ciudadanos?", comunicação apresentada no Simpósio *A Reinvenção da Emancipação Social*, realizado em Coimbra, de 23 a 26 de novembro. A versão final deste texto pode ser consultada em edição eletrônica em <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa> e será publicada no volume 5 desta coleção.
- Santos, Ana Cristina (2000), "The homosexual movement in Portugal: Subjects, projects and strategies", comunicação apresentada no Simpósio *A Reinvenção da Emancipação Social*, realizado em Coimbra, de 23 a 26 de novembro. A versão final deste texto pode ser consultada em edição eletrônica em <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa> e está publicada no volume 3 desta coleção.
- Santos, Laymert García dos (2000), "When Technoscientific Knowledge Becomes High-Tech Predacity. Genetic Resources and Traditional Knowledge in Brazil", comunicação

ção apresentada no Simpósio *A Reinvenção da Emancipação Social*, realizado em Coimbra, de 23 a 26 de Novembro. A versão final deste texto pode ser consultada em edição eletrônica em <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa> e está publicada no presente volume desta coleção.

Shiva, Vandana (2000), "North-South Conflicts in Intellectual Property Rights", comunicação apresentada no Simpósio *A Reinvenção da Emancipação Social*, realizado em Coimbra, de 23 a 26 de Novembro. A versão final deste texto pode ser consultada em edição eletrônica em <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa> e está publicada no presente volume desta coleção.

Uribe, Maria Teresa (2000), "San José de Apartadó — A Peace Community or a New Foundational Pact", comunicação apresentada no Simpósio *A Reinvenção da Emancipação Social*, realizado em Coimbra, de 23 a 26 de novembro. A versão final deste texto pode ser consultada em edição eletrônica em <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa> e está publicada no volume 1 desta coleção.

Varese, Stefano (1996), "The New Environmentalist Movement of Latin American Indigenous People", S. Brush e D. Stabinsky (orgs.), *Valuing Local Knowledge*. Covelos, CA: Island Press.

Villa, William (1998), "Movimiento social de comunidades negras en el Pacífico colombiano. La construcción de una noción de territorio y región", A. Maya (org.), *Los Afrocolombianos. Geografía humana de Colombia. Tomo VI*. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica, 431-448.

Visvanathan, Shiv (2000), "Between Cosmology and System: A Heuristics for Globalization", comunicação apresentada no Simpósio *A Reinvenção da Emancipação Social*, realizado em Coimbra, de 23 a 26 de novembro. A versão final deste texto pode ser consultada em edição eletrônica em <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa> e está publicada no presente volume desta coleção.

Wade, Peter (1995), "The Cultural Politics of Blackness in Colombia", *American Ethnologist*, 22(2), 341-357.

Whitten, Norman (1986), *Black Frontiersmen: Afro-Hispanic Culture of Ecuador and Colombia*. Prospect Heights: Waveland Press.

Wouters, Mieke (2000), "Derechos étnicos bajo fuego: El movimiento campesino negro frente a la presión de grupos armados en el Chocó", M. Pardo (org.), *Acción colectiva, Estado y etnicidad en el Pacífico colombiano*. Bogotá: ICANH-Colciencias, 259-285.

WRI (World Resources Institute) (1993), *Biodiversity Prospecting*. Oxford: Oxford University Press.

WRI (World Resources Institute); IUCN (World Conservation Union); Unep (United Nations Environment Program) (1991), *Global Biodiversity Strategy*. Washington: Wri/Iucn/Unep.

Construção da subalternidade:
o tradicional e o moderno